

# A FORMAÇÃO DOCENTE E A EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA O PROCESSO DE ENSINO DO ALUNO SURDO<sup>1</sup>

Alessandra Araújo Landin Pinto<sup>2</sup>

Anni Kelly Vilhena Silva<sup>3</sup>

Maria do Socorro Araújo Pastana<sup>4</sup>

Orientadora: Sônia M<sup>a</sup> da Silva Sacramento<sup>5</sup>

## RESUMO

O presente trabalho compreendeu analisar a formação docente e a educação bilíngue. Baseando-se no questionamento sobre como se dá a formação docente para o ensino bilíngue? Com isso, levantou-se a hipótese que a formação docente para o ensino bilíngue do aluno surdo é um dos principais eixos norteadores para a educação inclusiva. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo. Os resultados mostraram que a educação bilíngue é, comprovadamente, a melhor opção para a educação de surdos, porém, para ela se efetivar, os professores têm que ser bilíngues. Isso é condição básica para que os alunos surdos cheguem ao sucesso.

**Palavras-Chave:** Formação. Docente. Bilíngue. Inclusão. Surdo.

## ABSTRACT

This paper comprises analyzing teacher training and bilingual education. Based on the questions about how is the training of teachers for bilingual education? Thus, raised the hypothesis that teacher training for bilingual education of deaf students is

---

<sup>1</sup>Paper apresentado ao Instituto de Ensino Superior do Amapá.

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Educação Especial e Inclusiva, do Instituto de Ensino Superior do Amapá/AP. E-mail: alessandralandin73@gmail.com

<sup>3</sup>Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Educação Especial e Inclusiva, do Instituto de Ensino Superior do Amapá/AP. E-mail: annikelly\_vi@hotmail.com

<sup>4</sup>Acadêmica do Curso de Pós Graduação em Educação Especial e Inclusiva, do Instituto de Ensino Superior do Amapá/AP. E-mail: natura-socorro@hotmail.com

<sup>5</sup>Licenciatura Plena em Letra-UFPA/PA. Especialista em Linguística da Língua Portuguesa-UNIFAP/AP. Especialista em Educação Especial-FAMA/AP. Mestre em Linguagem Comunicação e Cultura – UNAMA/MA. E-mail: soniassmaria@bol.com.br

one of the main guiding principles for inclusive education. This is a literature of qualitative nature. The results showed that bilingual education is arguably the best option for the education of the deaf, however, for her to carry, teachers have to be bilingual. This is a basic condition for the deaf students come to success.

**Keywords:** Training. Lecturer. Bilingual. Inclusion. Deaf.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como propósito pesquisar a formação docente e a educação bilíngue para o processo de ensino do aluno surdo, visto que, a educação inclusiva é uma realidade nas escolas, e sua demanda vem crescendo significativamente. Com isso os cursos de formação de professores precisam adequar-se a essas novas exigências da educação contemporânea. Para tanto, há a necessidade de contribuir com a discussão e análise de como a formação inicial e continuada está sendo proposta e relacionada ao cotidiano escolar, pois se faz de suma importância que a concepção da diversidade faça parte da realidade de aprendizagem, uma vez que a deficiência auditiva é entendida, muitas vezes, como desvio da normalidade e tem se constituído como um objeto permanente de isolamento e de vigilância, constituindo-se em atitudes que se manifestam no cotidiano, em formas de preconceito e de discriminação.

Diante disso, a educação do surdo no âmbito educacional tem sido objeto de muitas discussões, pois para a inclusão do aluno com deficiência, transtorno do Espectro Autista, altas habilidades/superdotação seja efetivada, há a necessidade de mudanças significativas no espaço físico da escola e principalmente no corpo docente, na busca da capacitação necessária para ensinar o aluno surdo que por décadas viveram segregados sem direito a educação.

Por sua vez, o objetivo dessa pesquisa foi analisar a formação docente e a educação bilíngue para o processo de ensino do aluno surdo, visando compreender o processo de inclusão no decorrer da história e as Leis e Políticas Públicas que fundamentam sua efetivação, bem como, identificar as possíveis dificuldades para a realização da sua prática. Assim sendo, partiu-se da seguinte questão problema: Qual a importância da formação docente e a educação bilíngue para o processo de ensino do aluno surdo. Baseado nisso, foi realizado uma pesquisa bibliográfica

embasada em autores como Fernandes (2010), Goldfeld (2002), Lopes (2010), Quadros (2004) e Sá (2011).

Para tanto, o paper foi estruturado em três pontos de discussão: Educação de Surdos (Breve relato sobre o cenário da educação de surdos no Brasil e no Mundo), Educação Bilíngue (Abordagem sobre a metodologia do bilinguismo para a educação do surdo) e por fim, a Formação Docente e o Ensino Bilíngue (Abordagem sobre a importância da formação inicial e continuada para a educação bilíngue do surdo).

## **2 EDUCAÇÃO DE SURDOS**

A educação de surdos durante sua trajetória foi marcada por várias tentativas de ensino, com utilização de métodos ou técnicas de articulação da escrita e da fala, porém todos esses procedimentos desconsideravam o surdo como um ser social com identidade e cultura própria.

Durante séculos a educação do surdo foi embasada no preconceito mediante a sua falta de audição. Os relatos durante todos os grandes cinco períodos da história revelam verdadeiras atrocidades realizadas contra os surdos, eram condenados a viver segregadamente ou mesmo sofrer sua própria morte. A sociedade acreditava que uma pessoa sem fala não tinha capacidade de desenvolver o pensamento, logo, não era considerado um ser humano capaz de aprender.

Goldfeld (2002) relata que na Antiguidade os surdos eram totalmente excluídos da sociedade, as pessoas acreditavam que a falta de audição era um castigo dos deuses ou que tinham sido enfeitados, de modo que eram abandonados ou sacrificados. Até no século XV os surdos ainda eram muito marginalizados, tanto que não podiam casar e não tinham direito a heranças. Já no início do século XVI deu-se início na Espanha pelo monge Pedro Ponce de León o primeiro ensino da fala de alguns surdos com uso da metodologia denominada datilologia (representação manual das letras do alfabeto), com essa metodologia conseguiram fazer uso da escrita.

Ainda segundo Goldfeld (2002), a França foi à precursora na educação dos surdos. No ano de 1750 Abade Charles Michel de L'Épée aprendeu com os surdos nas ruas da França a língua de sinais e criou os "sinais metódicos", que foi uma

junção da língua de sinais com a gramática sinalizada francesa. Com esse método Abade fundou o Instituto Nacional para Surdos-mudos. Após a morte de Abade esse método de ensino foi modificado para o oralismo.

A partir daí a educação dos surdos se expandiu por todo o mundo, trouxe muitas reflexões principalmente no campo educacional. Em 1980 em Milão, no Congresso Internacional de Educadores de Surdos foi definido por votação e influência de Alexandre Graham Bell que o Oralismo seria o método oficial para o ensino de surdos, proibindo o uso da Língua de Sinais. Essas mudanças acarretaram em muitos prejuízos no ensino dos surdos, pois o aprendizado dos alunos caiu consideravelmente, no entanto, os alunos continuaram se comunicando com a língua de sinais, só que fora espaço escolar (GOLDFELD, 2002).

A autora cita ainda que, o oralismo entende que a surdez é uma deficiência que pode ser amenizada com o estímulo auditivo. Esse estímulo faria com que o surdo fosse integrado na comunidade dos ouvintes por meio da aquisição da linguagem com a oralização. Esse método considerava a surdez uma doença que poderia ser tratada com o uso do AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual). Essa abordagem durou até meados de 1960.

Com o então fracasso do oralismo na educação do surdo, Dorothy Schiflet que tinha um filho surdo começou utilizar como método a junção de Língua de Sinais, língua oral, leitura labial, treino auditivo e alfabeto manual para o ensino de seu filho. Em 1968 Roy Holcom o denominou como método de Comunicação Total (GOLDFELD, 2002).

Assim, conforme Goldfeld (2002), a Comunicação Total surgiu na década de 70, utilizando como método qualquer forma de comunicação na educação do surdo, seja códigos manuais, linguagem oral ou mesmo a Língua de Sinais. Não tinha como objetivo o aprendizado de uma língua e sim a comunicação, portanto, fazia-se uso desses códigos manuais com a língua oral.

Segundo a abordagem de Lopes (2010), muitos consideravam a Comunicação Total como uma linguagem artificial que dificultava o aprendizado e a compreensão, pois a Língua de Sinais possui uma estrutura diferenciada da língua oral, diante disso, aprender duas línguas simultaneamente se torna uma tarefa árdua.

Foi então, que a Comunicação Total fracassou quando Willian Stokoe linguista americano provou com suas pesquisas na década de 60, que a língua de

sinais era válida e autêntica, possuía estrutura própria, com todas as características da língua oral, bem como, era uma língua que o surdo adquiria naturalmente.

Na década de 80 surge então o bilinguismo, essa metodologia permite ao surdo adotar a língua de sinais como primeira língua (L1), e posteriormente adquirir a língua oficial do país como segunda língua (L2), além de perceber o surdo como alguém que possui sua cultura e identidade como qualquer outra pessoa não surda, capaz de pensar, agir e realizar atividades (LOPES, 2010).

Na década de 90 a filosofia bilíngue é implantada na escola. O bilinguismo é dividido então em duas formas de ensinar a criança surda, a primeira acredita que o aluno deve aprender a língua de sinais e a língua oficial de seu país juntas. A segunda acredita que primeiro a criança deve aprender a língua de sinais para posteriormente, aprender a língua de origem de seu país na forma escrita, no caso aqui no Brasil a Língua Portuguesa (LOPES, 2010).

Assim, no Brasil é utilizada a Libras (Língua Brasileira de Sinais) que com a Lei 10.436 de 2002 foi reconhecida como uma língua. Fica claro também na Lei que a Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. Diante disso, o aluno surdo deve aprender ler e escrever na Língua Portuguesa.

### **3 EDUCAÇÃO BILÍNGUE**

O bilinguismo tem como princípio o ensino de duas línguas, Língua de Sinais (L1), e a Língua de origem do País (L2), no caso do Brasil Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e Língua Portuguesa, com o objetivo de que o aluno possa se desenvolver integralmente e ter o reconhecimento da língua de sinais como sua língua materna. Assim, quanto mais cedo à criança surda for apresentada a língua de sinais, mas cedo também será seu aprendizado. Uma vez aprendida, ela será capaz de assimilar qualquer outra língua, conforme pontua Lopes (2010, p. 65):

A corrente do bilinguismo entende que a língua de sinais, por ser a primeira língua dos surdos, deve ser aprendida o mais cedo possível. O português, como língua majoritária, ensinada, de preferência, em sua modalidade escrita, deve ser a segunda língua aprendida pelo surdo.

A Língua Portuguesa é majoritária e oficial no Brasil. É considerada uma língua artificial para o surdo e seu aprendizado por vezes se torna difícil, devendo ser ensinada com a metodologia de segunda língua e para isso, o surdo tem que

dominar uma primeira língua, ou seja, a Libras, pois terá elementos linguísticos suficientes e necessários para a aquisição de outra língua.

Fernandes (2010) argumenta que os surdos podem ser considerados bilíngues ao dominarem duas línguas legitimamente brasileiras, pois ambas expressam valores, crenças e modos de percepção da realidade de pessoas que compartilham elementos culturais nacionais. Assim, ainda para o autor, o bilinguismo é apontado por muitos pesquisadores da área, como a melhor proposta educacional para esses alunos, por respeitar as especificidades culturais, sociais e linguísticas dos mesmos.

O bilinguismo propõe ensinar à língua oral a criança surda na modalidade escrita, ou seja, a leitura e a produção escrita, e a língua de sinais será o meio de comunicação para o ensino da Língua Portuguesa.

Para Quadros (2004), a educação bilíngue não representa apenas o aprendizado da Língua de Sinais como primeira língua, ela é muito mais abrangente, pois representa questões políticas, sociais e culturais, é, portanto o meio de inserção do surdo na sociedade em geral, logo, a escola deve garantir que todo o currículo escolar seja ensinado na Língua de Sinais.

Ainda segundo Quadros (2004), a aprendizagem da Língua Portuguesa como L2 na modalidade escrita é importante para a pessoa surda, pois é através da linguagem oral que o surdo terá acesso as informações de forma independente na sociedade. Daí a relevância de que todos os profissionais da educação percebam a importância da Língua de Sinais no desenvolvimento da criança surda, pois esta é a única língua que pode ser aprendida espontaneamente pela criança surda.

Conforme Goldfeld (2002), o bilinguismo é a metodologia que melhor se apresenta como forma de respeitar as diferenças entre surdos e ouvintes, procurando sempre a melhor a interação e o pleno desenvolvimento da criança surda.

Diante disso, no que se refere ao trabalho do professor para o ensino de alunos com deficiência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96 destaca que, os sistemas de ensino deverão assegurar ao aluno com deficiência, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as especificidades dos alunos com professores especializados para o atendimento educacional especializado, bem como, professores do ensino regular capacitados (BRASIL/MEC, 2010).

Pode-se constatar que a LDB assegura ao aluno com deficiência um ensino com metodologias e currículos adaptados às especificidades de cada um, bem como, deixa claro que, tanto os professores do atendimento educacional especializado como os professores do ensino regular devem estar capacitados para atender esses alunos.

Sendo assim, para que a inclusão do aluno surdo aconteça de fato e de direito é necessário que haja essas adaptações. O primeiro passo é o ensino da Língua de Sinais, incluindo o ensino bilíngue no seu aprendizado, haja vista que é a metodologia específica para o ensino desse aluno, no entanto para que isso aconteça os professores precisam ter formação no ensino bilíngue, e perceber que a inclusão depende de um trabalho em conjunto, uma vez que seu papel é de suma importância nesse processo.

#### **4 FORMAÇÃO DOCENTE E BILINGUISMO**

Anos após a promulgação da Lei 9394/96 que trata da formação do professor para o atendimento do aluno com deficiência, ainda é possível verificar, em pesquisas realizadas, (BAÚ e KUBO, 2009; OLIVEIRA, 2009; SAMPAIO E SAMAPAI, 2009) que os professores da educação básica se consideram despreparados para o trabalho com estudantes com deficiência. Destacam que, a formação do professor é um desafio que a escola coloca para a efetiva inclusão educacional de pessoas com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades/superdotação, devido à falta de preparo por grande parte dos professores e, mais especificamente, a falta de uma formação fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva.

Diante disso, é certo afirmar que, a formação docente é uma área que merece atenção no contexto da inclusão. Sabe-se que formar professores especializados em educação especial não é algo comum na realidade brasileira. Entende-se ainda, a importância de se preparar os professores para o atendimento aos alunos que necessitem. Existe também uma lacuna entre a formação inicial e a sala de aula, tornando a formação continuada uma das possibilidades de reverter o contexto atual da educação.

Dessa forma, as condições acima descritas são a causa da constatação de Baú e Kubo (2009) ao afirmar que a formação de professores para a inclusão necessita ser a meta de capacitação profissional. O professor é entendido como responsável por definir um conhecimento mínimo, que necessitaria ser ensinado a todas as crianças.

Sabemos que atender um aluno surdo é um dos grandes desafios enfrentados pelos professores, pois o primeiro passo nesse processo é estabelecer uma comunicação, como fazer isso então se o professor não foi preparado para atender esse aluno? Portanto, para o professor trabalhar nesta área, é essencial que o mesmo seja capacitado para atender com qualidade a todos, sem discriminação.

Deste modo, mesmo com a imposição da Lei da Libras (2002 e 2005), que inclui nos cursos de Licenciatura a disciplina Libras, não é suficiente para preparar o professor. Sá (2011) faz uma ponderação dizendo que, é notório que a inclusão desta disciplina é apenas um dos diversos elementos existentes na cultura surda e, por isso, não é suficiente o seu conhecimento superficial e nem dá condições para que o professor atue com segurança em sala de aula.

Sá (2011, p.6) coloca que “o espaço conseguido por meio da obrigatoriedade da disciplina Libras é um importante espaço para conhecer a educação de surdos, não um espaço para legitimar a despreparada e desnorteada inclusão de surdos em escolas regulares”. Desta forma, tanto para os alunos surdos como para os professores, estas conquistas na formação devem ser valorizados, porém, são apenas uma, entre tantas outras necessidades que devem ser atendidas para que o ensino aos surdos tenha a qualidade garantida.

Qual seria então o caminho para a formação de professores de surdos? Um dos caminhos seria o de oportunizar aos professores o conhecimento da cultura surda e todas as suas especificidades, pois o objetivo deve ser o de dar a todo futuro professor o conhecimento da cultura surda e todas as suas especificidades. Conforme Sá (2011, p.43):

O objetivo deve ser o de dar a todo futuro professor o conhecimento de que existe uma minoria surda que é usuária de uma língua natural, e que a ela tem direito. Os professores em formação devem ser tranquilizados de que não se está esperando que eles, pela obrigatoriedade legal de receber toda e qualquer criança em sua sala de aula, seja obrigado a educar a criança surda utilizando a língua de sinais, visto que, nem que fosse possível aprender a Libras em apenas uma disciplina obrigatória de sua graduação, jamais seria possível “falar” duas línguas ao mesmo tempo.

A necessidade de ir além da simples inserção de uma disciplina ou da obrigatoriedade dela nos cursos de formação de professores é visível. É preciso reconhecer a identidade linguística e cultural dos surdos. Perlin e Miranda (2011, p. 105) discorrem nesse mesmo sentido:

A formação de surdos seria melhor se os professores realmente entendessem de cultura surda e da facilidade do surdo adquirir conhecimento através dessa cultura, e igualmente se a escola admitisse no currículo os aspectos culturais surdos.

Portanto, é imprescindível que os currículos de formação de professores contemplem questões como cultura, identidade e diferença. Condição essa que já está preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação ao estabelecer que os surdos devam estudar em escola regular e que todos os professores devem ser capacitados para isso. Porém, o que vemos em estudos realizados, é que grande parte dos professores não se sentem preparados para a inclusão do aluno surdo, não conhecem a Língua de Sinais, tão pouco o ensino bilíngue que é a metodologia que fundamenta a inclusão da pessoa surda na educação.

Sendo assim, a formação inicial e continuada deve oferecer ao futuro professor base teórica e prática que o prepare para o ensino bilíngue, que não o limite a esse conhecimento, tornando-o despreparado com vista à inclusão educacional. É preciso refletir em como proceder com um tipo de formação que não cria um ambiente de aprendizagem colaborativa, e sim, infelizmente, um ambiente de aprendizagem individualizado e excludente, pois sabemos que formar é muito mais do que unicamente informar, pois representa um desenvolvimento da personalidade humana.

## **5 CONCLUSÃO**

A pesquisa bibliográfica proporcionou algumas reflexões acerca dos aspectos que permeiam a formação docente e o ensino bilíngue, mediante a importância dessa formação para a educação do aluno surdo.

Com isso, torna-se evidente que a formação inicial dos professores deve ser fundamentada na perspectiva da inclusão, assim como há a necessidade da continuação dessa formação para os professores do Atendimento Educacional

Especializado-AEE, sobretudo para os professores o ensino regular, pois é ele quem lida pedagogicamente com esses alunos diariamente. Cabe, portanto, a discussão sobre a formação dos mesmos nas universidades e instituições de formação de professores para o ensino bilíngue.

Assim sendo, é pertinente ressaltar que apesar do Brasil ter uma legislação ampla e atualizada em muitos aspectos e que atende, inclusive, aos padrões internacionais, que nasceram de discussões e muitos encontros entre nações e as comunidades interessadas, na prática, tem tido dificuldade para ser concretizada. A inclusão escolar, vista pelo conceito de “incluir”, denota algo positivo, bom, pois agrega, permite, acolhe. Quem não quer ser incluído e se sentir aceito? Acredita-se que todos queiram isso. Porém, para que ocorra esta inclusão, este “aceite” tem que ser para todos os que estão supostamente excluídos. E, para que isso ocorra, todas as questões como identidade, cultura e diversidade têm que ser levadas em consideração para que incluir não signifique somente estar junto, mas também crescer, aprender e se desenvolver junto. É isto o que a escola inclusiva deve oferecer a todos os seus alunos.

Sabe-se que a dificuldade de comunicação entre professor e aluno é um grande empecilho, todavia, ensinar Libras aos professores não será suficiente se não for acompanhado de uma formação em que se considerem as especificidades culturais dos sujeitos.

O trabalho docente com alunos bilíngue e o sucesso da inclusão dependem exclusivamente da relação que exercerem uns com os outros. Para que se obtenha esse almejado sucesso é importante que o educador busque dentro de sua prática, alternativas e condições para desenvolver seu trabalho com eficiência e autonomia. Para tanto, Cabe ao professor buscar uma formação continuada e aperfeiçoar suas metodologias fazendo uso da criatividade e de tecnologias assistivas buscando sempre a interação do aluno com o meio.

Faz-se necessário ressaltar que a partir do momento que a escola matricula o aluno surdo em seu quadro discente deve proporcionar a ele todo aparato educacional de que necessita. Para isso, é fundamental que educadores e instituições tenham consciência da importância da capacitação profissional, de um ensino de qualidade aos alunos com deficiência auditiva, de forma a contribuir significativamente, com o processo de ensino aprendizagem.

A guisa de conclusão dessa pesquisa confirma a nossa concepção inicial de que a formação docente e educação bilíngue é fundamental no processo e ensino do aluno surdo, é que para isso é de suma importância a capacitação do professor, para que assim tenha preparação necessária para receber esse aluno e realizar operações didáticas que domine métodos de ensino, tecnologias assistivas, adaptações curriculares, no sentido de que o aluno se sinta parte do processo de ensino e aprendizagem.

É importante que o professor não se limite apenas a formação inicial, pois para a efetivação da educação inclusiva é necessário que os professores tenham a formação continuada para atender o aluno surdo como meta de capacitação profissional, pois entende-se que a preparação para atender diversidade deve se um processo contínuo e não apenas uma necessidade do momento.

Portanto, conclui-se que a educação bilíngue é de suma importância para o processo de ensino do aluno surdo e a formação do professor é fundamental nesse processo, pois esse professor poderá então ensinar, orientar e se comunicar com o aluno surdo, e assim ter a sua educação garantida de fato e de direito.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentações. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei 9394 de 20.12.1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em Dezembro. 2014.

BAÚ, J.; KUBO, O. M. **Educação especial e a capacitação do professor para o ensino**. Curitiba: Junuá, 2009.

**DECRETO FEDERAL n. 5626/2006**. Regulamenta a Lei 10.436/2002 que oficializa a Língua Brasileira de sinais – Libras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em Dezembro. 2014.

FERNANDES, Elália. **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 7ª ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

OLIVEIRA, L. F. M. de. **Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio teecedor**. Porto Alegre. Mediação, 2009.

PERLIN, Gladis. MIRANDA, Wilson. A performatividade em educação de surdos. In: SÁ, Nídia R. L. **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

QUADROS, Magali. **Ideias para ensinar português para surdos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ. Nidia Regina Limeira de. **Educação e Surdos: a caminho do bilinguismo**. Niterói: Eduff, 1999.

SAMPAIO, C. T; SAMPAIO, S. M. R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida**. Salvador: EDUFBA, 2009.